

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

Aos 26 dias do mês de maio de 2021, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

I PARTE - 09h30

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;
4. Designação de relator para a elaboração do parecer sobre Conta Geral do Estado de 2019;
5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 810/XIV/2.ª (PSD) - Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei; Relatora: Deputada Constança Urbano de Sousa (PS)
6. Discussão, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, dos seguintes Projetos de Resolução:
Projetos de Resolução n.º 1241/XIV/2.ª (Ninsc CR) - Criação de Centros de Abrigo Social para a Comunidade LGBTQI+;
Projeto de Resolução n.º 1288/XIV/2.ª (Ninsc JKM) - Pelo reforço das respostas locais de acesso a alojamento e habitação e pela garantia dos direitos sociais das pessoas da comunidade LGBTQI+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional;
Projeto de Resolução n.º 1280/XIV/2.ª (BE) – Criação de estruturas de apoio multisectorial de âmbito local para as pessoas LGBTI)
7. Fixação da redação final, por analogia com o disposto no artigo 156.º do RAR, do texto «Pela regularização célere da situação dos trabalhadores imigrantes no concelho de Odemira, garantindo o seu pleno acesso aos serviços públicos, à saúde, à habitação e ao trabalho condignos» [Projeto de Resolução n.º 1251/XIV/2.ª(NiJKM)];
8. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente do Tribunal de Contas sobre a anunciada atribuição de 11 milhões de euros por parte do Estado à SIRESP, S.A., a título de indemnização compensatória face aos encargos com a rede de comunicações de emergência e segurança do Estado;
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição urgente do Eng.º Lino Santos, do Centro Nacional de Cibersegurança, no quadro das audições programadas para avaliação das questões relacionadas com o Censos 2021;
9. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 210/XIV/2.ª - Solicitam o agravamento das molduras penais previstas para os crimes contra animais de companhia;
Relatora: Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD)
10. Outros assuntos.

II PARTE - 11h00

Audição, por videoconferência, da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, Prof.ª Dr.ª Filipa Calvão, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre transferência de dados pessoais para os Estados Unidos da América ou quaisquer países terceiros no quadro do Censos 2021, na sequência de contrato celebrado com uma empresa norte-americana e posteriormente suspenso por deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO DE RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PPL 97/XIV/2.ª (GOV)	Altera a Lei-Quadro das Fundações	Deputado António Filipe (PCP) em 26-05-2021 CSM; CSMP; OA; Centro Português de Fundações; Conselho Consultivo das Fundações; Tribunal de Contas; ANMP 26-05-2021
PPL 98/XIV/2.ª (GOV)	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário Obs: Em conexão a 5.ª Comissão Competente: 1.ª CACDLG	Deputado Artur Soveral Andrade (PSD) CSM; CSMP; OA; ON CNPD; OSAE e BP e OROC 26-05-2021

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO DE RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PJL n.º 842/XIV/2.ª (CDS-PP)	Altera os critérios de autorização de residência para exercício de atividade profissional e agrava as penas aplicáveis a condutas criminosas de auxílio à imigração ilegal, angariação e utilização de mão-de-obra ilegal (Oitava alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho)	Deputada Romualda Fernandes (PS) em 26-05-2021 CSM, CSMP, OA e ACM Em 26-05-2021
PJL n.º 843/XIV/2.ª (PAN)	Alarga as obrigações declarativas dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos e cria o crime de ocultação intencional de enriquecimento, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho Obs: Em conexão a 1.ª Comissão Competente: 14.ª CTED	Comunicado à 14.ª CTED por email de 26-05-2021 a deliberação de não emissão de Parecer autónomo pela 1.ª Comissão
PJL n.º 849/XIV/2.ª (CDS-PP)	Consagração do estatuto de vítima para as crianças que testemunhem a prática de violência doméstica ou que vivam em contexto de violência doméstica	Deputado José Manuel Pureza (BE) em 26-05-2021 CSM, CSMP, OA, Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. em 26-05-2021
PJL n.º 851/XIV/2.ª (Ninsc CR)	Procede à implementação do modelo da igualdade e reforça a proteção das pessoas na prostituição Obs: Em conexão a 8.ª Comissão	Deputadas Elza Pais e Joana Sá Pereira (PS) em 26-05-2021 CSM, CSMP, OA, ACM e OTSH

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

	Competente: 1.ª CACDLG	em 26-05-2021
PJL n.º 852/XIV/2.ª (PAN)	Prevê o crime de assédio sexual, procedendo à quinquagésima terceira alteração ao Código Penal e à décima oitava alteração ao Código do Trabalho Obs: Em conexão a 10.ª Comissão Competente: 1.ª CACDLG	Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) em 26-05-2021 CSM, CSMP e AO e Apreciação Pública em 26-05-2021

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR1278/XIV/2.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo o reforço dos meios materiais e humanos dos serviços aos quais incumbe a fiscalização do cumprimento e do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	Solicitada pelo proponente a apreciação em Plenário 26-05-2021
PJR1280/XIV/2.ª (BE)	Criação de estruturas de apoio multisectorial de âmbito local para as pessoas LGBTI Obs: Com conexão às 9.ª, 10.ª e 13 Comissões Comissão competente 1.ª – redistribuída no dia 25-05-2021	Informação sobre a discussão conjunta
PJR1288/XIV/2.ª (Ninsc JKM)	Pelo reforço das respostas locais de acesso a alojamento e habitação e pela garantia dos direitos sociais das pessoas da comunidade LGBTQI+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional Obs: Com conexão às 10.ª e 13.ª Comissões.	Informação sobre a discussão conjunta

Não havendo iniciativas europeias a distribuir, passou-se ao ponto seguinte, com o anúncio da baixa à Comissão do seguinte projeto de voto:

N.º / AUTOR	ASSUNTO
Projeto de Voto n.º 582/XIV/2.ª (PSD)	De Saudação ao Dia do Advogado

No ponto quarto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) foi designado relator do parecer sobre a [Conta Geral do Estado 2019](#).



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD, foi adiado o quinto ponto da ordem de trabalhos, que previa a apreciação e votação do parecer sobre o **Projeto de Lei n.º 810/XIV/2.ª (PSD) - [Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei](#)**;

Uma vez que ainda não estavam presentes todos os proponentes dos projetos de resolução cuja discussão estava prevista no ponto seguinte, passou-se ao ponto sétimo da ordem do dia e foi fixada, por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do CH, a [redação final](#) do texto «*Pela regularização célere da situação dos trabalhadores imigrantes no concelho de Odemira, garantindo o seu pleno acesso aos serviços públicos, à saúde, à habitação e ao trabalho condignos*» [[Projeto de Resolução n.º 1251/XIV/2.ª\(Ninsc JKM\)](#)], tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da informação da DAPLEN do dia 25 de maio de 2021, com a exceção do título, que foi aperfeiçoado nos seguintes termos: «**Recomenda ao Governo o cumprimento do regime especial de concessão de autorização de residência a vítimas de tráfico de seres humanos e a regularização da respetiva situação, nomeadamente em relação aos trabalhadores imigrantes no concelho de Odemira**».

Os trabalhos prosseguiram com o ponto oitavo da ordem de trabalhos, tendo decorrido a discussão do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente do Tribunal de Contas sobre a anunciada atribuição de 11 milhões de euros por parte do Estado à SIRESP, S.A., a título de indemnização compensatória face aos encargos com a rede de comunicações de emergência e segurança do Estado. A discussão iniciou-se com a intervenção do Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) que, na qualidade de proponente, apresentou o requerimento e explicou que o mesmo surgia na sequência da audição ao Senhor Ministro da Administração Interna e no contexto do acompanhamento que tinha vindo a ser feito do processo do SIRESP. Salientou a necessidade de perceber o modelo de gestão do SIRESP para futuro, assim como analisar as incongruências que resultavam do relatório da auditoria do Tribunal de Contas. Disse ainda que era obrigação da Assembleia da República fiscalizar aquilo que caracterizou como sendo uma “nebulosa” gestão de dinheiros públicos. Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Francisco Oliveira (PS) que começou por notar alguma contradição no requerimento apresentado pelo

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

Grupo Parlamentar do PSD, pois se o que se pretendia era conhecer o que iria acontecer ao SIRESP no futuro, parecia-lhe mais indicado ouvir o Senhor Ministro da Administração Interna e via com dificuldades que o Tribunal de Contas pudesse responder sobre aquelas questões. Nesse sentido, anunciou que o Grupo Parlamentar do PS iria requerer o adiamento da votação do requerimento, uma vez que no dia seguinte estava agendado um debate em plenário sobre aquela matéria e, na semana seguinte, iria ocorrer a audição regimental do Senhor Ministro da Administração Interna, pelo que lhe parecia avisado aguardar por esses momentos no sentido de perceber se se continuava a justificar a audição proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD. No debate intervieram ainda o Senhor Deputado António Filipe (PCP) e a Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE), que manifestaram nada ter a opor ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Devolvida a palavra ao Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), o mesmo expressou a sua discordância com a posição do Senhor Deputado Francisco Oliveira (PS), afirmando que, relativamente aquela questão, não podia ser descurada a dimensão da gestão dos dinheiros públicos, e que, nesse aspeto, existia todo o interesse em ouvir o Tribunal de Contas, especialmente considerando o parecer que essa entidade tinha emitido. No final, o Senhor Presidente referiu que a votação do requerimento em apreço seria agendada para a reunião seguinte.

De seguida, a ordem de trabalhos foi retomada e procedeu-se à discussão conjunta, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, dos Projetos de Resolução n.ºs **1241/XIV/2.ª (Ninsc CR)** - [Criação de Centros de Abrigo Social para a Comunidade LGBTQI+](#); **1288/XIV/2.ª (Ninsc JKM)** - [Pelo reforço das respostas locais de acesso a alojamento e habitação e pela garantia dos direitos sociais das pessoas da comunidade LGBTQI+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional](#); e **1280/XIV/2.ª (BE)** - [Criação de estruturas de apoio multisectorial de âmbito local para as pessoas LGBTI](#)), que ocorreu nos seguintes termos:

A Senhora Deputada não inscrita Cristina Rodrigues apresentou a sua iniciativa, observando que Portugal tem feito um caminho importante no reconhecimento dos direitos fundamentais das pessoas LGBTQI+, mas que estas continuam a ser vítimas de discriminação. Assim, apontando a falta de respostas especializadas e adequadas, reclamou uma abordagem intersectorial e frisou a importância da criação de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

equipamentos sociais específicos para a população LGBTQI+, em linha com o artigo 35.º do Orçamento de Estado para 2021, notando que apenas existem três Centros de Abrigo Social com apoio direcionado, a Casa Arco-íris, a Casa com Cor e a ReAjo. Salientou a necessidade de respostas direcionadas para a comunidade LGBTQI+, nomeadamente através da celebração de protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social e Organizações Não-Governamentais sem fins lucrativos direcionadas para a comunidade LGBTQI+ com a garantia de apoio financeiro contínuo e estável. Propôs ainda a instituição de incentivos para a prossecução contínua e funcional dos equipamentos já existentes e a publicação dos relatórios da Carta Social referentes aos anos de 2019 e 2020.

A Senhora Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira começou por reforçar que um verdadeiro Estado Democrático é avaliado pelo tratamento dados aqueles que estão numa situação de vulnerabilidade, referindo que a maioria da população LGBTQI+ nacional se encontra numa situação de enorme vulnerabilidade social, económica e emocional. Defendeu a urgência em dar respostas objetivas e direcionadas à comunidade LGBTQI+, especialmente no que toca ao acesso ao alojamento, recordando que o direito à habitação é um direito constitucional, e alertando para a falta de abrigo de pessoas da comunidade LGBTQI+. Explicou que é nesse sentido que recomenda ao executivo a implementação do que foi aprovado no Orçamento de Estado para 2021, frisando a necessidade de encontrar respostas sociais que sejam intersectoriais e plurianuais. Reclamou um maior reconhecimento e financiamento das associações e ONGs que lutam pelos direitos LGBTQI+, bem como o acompanhamento e a monitorização das iniciativas em curso, de forma a perceber que melhorias podem ser implementadas. Concluiu, reiterando que a sua iniciativa tem como objetivo o acesso ao alojamento e habitação e a garantia dos direitos sociais de uma comunidade que normalmente não é olhada como estando numa enorme situação de vulnerabilidade.

A Senhora Deputada Fabíola Cardos (BE) explicou que a iniciativa do seu Grupo Parlamentar visa a criação de estruturas de apoio multisectorial de âmbito local para apoio a pessoas LGBTQI+, observando que a especial situação de fragilidade económica ou social desta população foi agravada no contexto da pandemia, a qual é demonstrativa da situação de desigualdade em que os cidadãos se encontram no

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

acesso a bens públicos essenciais, como seja à saúde, à habitação, ao trabalho e à educação. Referiu que essas situações de desigualdade, por razões económicas ou sociais, quando acompanhadas e motivadas pela discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género ou da expressão de género, são especialmente abusivas, por adquirirem carácter pessoal, pondo em causa o equilíbrio, a sua saúde e a vivência social dos indivíduos. Frisou a necessidade de políticas públicas estruturadas e descentralizadas, que permitam inverter aquela situação. A esse nível, enalteceu o trabalho recente desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa, precisamente pela disponibilização de respostas direcionadas à comunidade LGBTQI+. Observou que a proposta do Grupo Parlamentar do BE complementa e alarga as iniciativas, propondo ainda que haja capacitação dos técnicos especializados que acompanham a comunidade LGBTQI+, bem como a integração das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias no processo de identificação e acompanhamento das pessoas que necessitam de apoio a nível local, as associações e coletivos que se dedicam à proteção e reforço dos direitos das pessoas LGBTQI+, através da celebração de protocolos; e a criação de um sistema de monitorização e acompanhamento das medidas instituídas, de forma a identificar modos de gestão e atuação eficazes, bem como ineficiências.

A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) agradeceu as iniciativas apresentadas, reconhecendo que o contexto pandémico exacerbou a discriminação que impende sobre a comunidade LGBTQI+. Manifestou, porém, as dúvidas do Grupo Parlamentar do PSD quanto à criação de equipamentos sociais específicos, as quais parecem ser em si mesmas também discriminatório. Por outro lado, expressou a concordância quanto ao estabelecimento de protocolos, à necessidade de dar formação específica e à importância de envolver o poder local. Concluiu dando nota de que o seu Grupo Parlamentar se iria abster.

A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) iniciou a sua intervenção notando que a Assembleia da República e o Governo podem concorrer para um objetivo comum – a melhoria das comunidades das pessoas LGBTQI+. Observou que ninguém melhor do que as pessoas LGBTQI+, sabia do que necessitavam para viver melhor e notou que os tempos que correm ainda exigem respostas específicas. Referiu que os centros especializados já existem e que já há financiamento público nesse sentido, embora



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

reconhecesse que essas respostas não têm sido suficientes, sendo necessário executar o que está previsto no Orçamento de Estado para 2021. Defendeu que a única forma de corrigir as desigualdades é atender às especificidades em presença, salientando que a pandemia havia chamado a atenção para as necessidades da Comunidade LGBTQI+. Conforme começou, terminou a sua intervenção apontando o facto de os projetos de resolução em discussão irem ao encontro ao que já estava ser feito, considerando ser um feliz encontro de vontades da Assembleia da República e do Governo.

A Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) recordou que o seu Grupo Parlamentar apresentara uma proposta no âmbito do Orçamento de Estado visando aquela questão e que a mesma fora rejeitada. Considerou serem necessárias respostas estruturais que não se coadunam com as respostas existentes. Salientou a importância de se seguir uma abordagem intersectorial, constatando que colocar uma pessoa trans num abrigo para homens pode ter um impacto muito negativo, por exemplo. Explicou que a existência de respostas específicas, não se traduziria numa setarização, mas numa resposta adequada às especificidades nestes casos. Em linha com o exposto, deu nota que o Grupo Parlamentar do PAN iria acompanhar as iniciativas apresentadas.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) referiu que o seu Grupo Parlamentar não tinha objeções a colocar às iniciativas apresentadas, bem pelo contrário. Observou, contudo, que os textos são convergentes, apontando apenas aspetos de redação que, no seu entender, importava corrigir em sede de especialidade, em concreto, no Projeto de Resolução n.º 1280/XIV (Ninsc JKM), sugeriu que fosse alterada a referência a uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado, uma vez que, tendo sido aprovada, já era considerada uma disposição normativa. Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 1288/XIV (BE), frisou a necessidade de se adequar a redação, entendendo que não podia integrar as Camaras Municipais e Juntas de Freguesia se estas não quisessem, pelo que sugeriu como alternativa uma redação dentro dos seguintes termos: “promover protocolos para que os órgãos do poder local, querendo, se associem a estas iniciativas”.

No final do debate, a proponente do Projeto de Resolução n.º 1241/XIV (Ninsc CR), a Senhora Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, agradeceu as intervenções e

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

repudiou a ideia de que tratar de forma diferente seria, em si mesmo, uma forma de discriminação, notando que o tratamento de forma igual do que era diferente não era justo. Deu exemplo de um episódio ocorrido no centro de acolhimento em Lisboa e frisou as dificuldades por que passam as pessoas trans que não detêm a documentação conforme à sua situação, sofrendo de problemas de privacidade. A proponente do Projeto de Resolução n.º 1280/XIV (NiJKM), a Senhora Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira (Ninsc), explicou que esta iniciativa é oriunda do contacto direto, militante, ativista e pessoal com muitos indivíduos da comunidade LGBTQI+ e manifestou o seu constrangimento por ouvir a Presidente da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação referir que não considerava necessária a existência de respostas específicas. O proponente do Projeto de Resolução n.º 1288/XIV (NiCR), através da Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE), Fabíola Cardoso (BE) agradeceu os comentários feitos, referindo que na especialidade faria os necessários ajustes. Reiterou a essencialidade de garantir que há uma rede de apoio para as situações de emergência da comunidade LGBTQI+ e lembrou, a propósito, voto do PAR que saudou o dia contra a homofobia. Notou que apesar do consenso que existia em termos legais, a realidade da sociedade não correspondia e os atos discriminatórios subsistiam. Concluiu frisando a necessidade de garantir formação aos técnicos que trabalham com estas situações e a sua esperança de que, no futuro, as pessoas LGBTQI+ não sejam iguais somente perante a lei, mas também na realidade.

Dando por concluída a discussão, o Senhor Presidente sugeriu que, em caso de aprovação das iniciativas na generalidade, pudessem os proponentes tentar concertar um texto único, para efeito de discussão e votação das mesmas em especialidade.

Seguidamente, voltou-se ao ponto oitavo da ordem de trabalhos e procedeu-se à discussão e votação do [requerimento](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição urgente do Eng.º Lino Santos, do Centro Nacional de Cibersegurança, no quadro das audições programadas para avaliação das questões relacionadas com o Censos 2021. Após apresentação do requerimento pela Senhora Deputada Cláudia Cruz Santos (PS), foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do DURP do CH.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

No ponto seguinte, a Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) apresentou o relatório da sua lavra sobre a **Petição n.º 210/XIV/2.ª** - [Solicitam o agravamento das molduras penais previstas para os crimes contra animais de companhia](#), dando nota da indisponibilidade dos primeiros subscritores da petição para a realização da audiência obrigatória, nos termos do [artigo 21.º](#) do Regime jurídico do exercício do direito de petição, não obstante os diversos contactos encetados pelos Serviços de apoio à Comissão. Aberta a discussão, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) usou da palavra e manifestou a sua perplexidade pelo aparente desinteresse dos primeiros subscritores da petição em comparecer na referida audiência, momento que lhes providenciaria a oportunidade de expor a sua posição. Nesse sentido, questionou se, uma vez que não havia sido possível dar cumprimento a uma formalidade obrigatória, faria sentido prosseguir com os restantes trâmites legais, em concreto, com a apreciação da petição em Plenário. O Senhor Presidente referiu que o carácter obrigatório da audiência dos peticionários vinculava apenas a Assembleia da República, não sendo possível obrigar os subscritores a cumprir aquela formalidade. Disse ainda que os restantes subscritores podiam manter o interesse na apreciação da petição em Plenário, pelo que, na sua opinião, devia ser dado seguimento aos restantes trâmites procedimentais. No debate usaram igualmente da palavra a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) e o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), ambos subscrevendo o entendimento do Senhor Presidente quanto à necessidade de remeter a petição para apreciação pelo Plenário. No final, a Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) agradeceu todas as intervenções e disse que, face ao número de subscritores (27306), lhe parecia incontornável a apreciação da petição pelo Plenário.

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente informou que, no dia 21 de junho, iria ter lugar a Conferência sobre o papel dos Parlamentos no aprofundamento da relação UE-África, cabendo à 1.ª Comissão indicar o representante do Grupo Parlamentar do BE que iria integrar a delegação da Assembleia da República na referida conferência, tendo sido indicada a Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE). De seguida, o Senhor Presidente comunicou que havia chegado a resposta do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares ao pedido de informação da Comissão sobre a sequência política dada às resoluções da Assembleia da República, nas áreas de competência da 1.ª Comissão, informando que essa resposta já tinha sido

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

distribuída às Senhoras e Senhores Deputados. O Senhor Presidente deu ainda nota da alteração da data da quarta audição regimental da Senhora Ministra da Justiça, inicialmente agendada para dia 15 de junho, e que, em virtude da realização das jornadas parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD nesse dia, seria adiada para o dia 23 de junho, pelas 10 horas. Por último, o Senhor Presidente anunciou os trabalhos previstos para a semana seguinte, salientando a necessidade de realizar a reunião ordinária da Comissão em data e hora diferentes dos moldes habituais.

Após uma curta interrupção, teve início a audição, por videoconferência, da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), Prof.ª Doutora Filipa Calvão, sobre a transferência de dados pessoais para os Estados Unidos da América ou quaisquer países terceiros no quadro do Censos 2021, na sequência de contrato celebrado com uma empresa norte-americana e posteriormente suspenso por deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados, tal como requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Senhor Presidente começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados e explicitou a metodologia a adotar na audição, dando de imediato a palavra à Senhora Deputada Márcia Passos (PSD), para fazer a apresentação do [requerimento](#), tendo, de seguida, a Senhora Presidente da CNPD prestado os esclarecimentos solicitados.

Na ronda única para pedir esclarecimentos, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Márcia Passos (PSD), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP), tendo a Senhora Presidente da CNPD respondido conjuntamente às questões colocadas.

No final, o Senhor Presidente agradeceu a participação e os esclarecimentos prestados e deu por concluída a audição.

A audição foi [gravada em áudio](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de maio de 2021.

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
José Magalhães (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
André Neves (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
Beatriz Gomes Dias (BE)
José Manuel Pureza (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)
André Ventura (CH)
Jocine Katar Moreira (NINSC)
Jorge Lação (PS)
Paulo Porto (PS)
Carlos Peixoto (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Duarte Marques (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Fabíola Cardoso (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto (PS)
Sara Madruga Da Costa (PSD)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ªSL